

Marcelo Augusto Gosuen da Silveira

RECURSOS, SUCEDÂNEOS RECURSAIS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Teoria Geral dos Recursos • Recursos em Espécie •
Processamento dos Recursos nos Tribunais • Ações
Autônomas de Impugnação e Sucedâneos Recursais

2ª edição

revista, atualizada
e ampliada

2022



EDITORA
JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Futura (rogerio@futuraeditoracao.com)

Capa: Ana Caquetti

1214/28

S587r Silveira, Marcelo Augusto da.

Recursos, sucedâneos recursais e ações autônomas de impugnação no CPC: teoria geral dos recursos: recursos em espécie, ações autônomas de impugnação e o seu processamento nos tribunais / Marcelo Augusto da Silveira. – 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

1.040 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-442-3653-6

1. Julgamento e vias de recursos. 2. Direito processual civil. I. Silveira, Marcelo Augusto da. II. Título.

CDD 341.435

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
-------------------------	-----------

Parte I Teoria Geral dos Recursos Cíveis

Capítulo I. Noções Gerais	29
1. Excertos Iniciais	29
1.1 Distinções entre processo e procedimento.....	29
2. Atos processuais	30
2.1 Pronunciamentos judiciais passíveis ou não de recurso (arts. 203 a 205/CPC/15)	30
2.1.1 Sentença.....	30
2.1.2 Decisão interlocutória.....	34
2.1.3 Despachos.....	36
2.1.4 Atos meramente ordinatórios.....	38
2.1.5 Pronunciamentos proferidos nos tribunais.....	38
3. Conceito de Recurso.....	40
4. Natureza Jurídica.....	42
5. Finalidade dos Recursos	43
6. O órgão revisor e o processamento do recurso	45
7. Espécies e classificações dos recursos cíveis	45
8. Recurso adesivo	47
9. Nomenclatura	53
Capítulo II. Princípios Norteadores da Sistemática Recursal	59
1. Princípio do duplo grau de jurisdição	59
1.1 O duplo grau é princípio ou garantia constitucional?.....	61
2. Princípio da colegialidade	64
2.1 Princípio da reserva de plenário.....	66
3. Princípio da taxatividade recursal (ou da correlação, ou da tipicidade, ou do cabimento, ou da adequação, ou ainda, da correspondência).....	67
4. Princípio da unirrrecorribilidade (ou da unicidade, ou da singularidade).....	69
5. Princípio da fungibilidade recursal	72
5.1 Fungibilidade Recursal expressa no CPC/15.....	73
5.1.1 Artigo 1.024, § 3º – Conversão de embargos de declaração em agravo interno	73
5.1.2 Artigos 1.032 e 1.033 – Conversão de recurso especial em extraordinário e vice-versa.....	74

5.2 Requisitos para aplicação da fungibilidade recursal fora das duas situações previstas no texto legal.....

- 6. Princípio da dialeticidade.....
- 7. Princípio da proibição da *reformatio in pejus*.....
- 8. Princípio da ampla defesa e contraditório.....
- 9. Princípio da voluntariedade.....
- 10. Princípio da Preclusão Consumativa (Consumação) ou Não Complementaridade.....
- 11. Princípio do Ônus do Recurso ou da Sucumbência Recursal.....
- 12. Princípio da Primazia do Julgamento do Mérito Recursal ou da Mitigação da Jurisprudência Defensiva

Capítulo III. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito

- 1. Considerações Iniciais.....
- 2. Distinções entre o juízo de admissibilidade e o juízo de méritos recursais
- 3. Competência para o juízo de admissibilidade recursal.....
- 4. Requisitos de admissibilidade.....
 - 4.1 Relação dos requisitos de admissibilidade.....
 - 4.1.1 Cabimento
 - 4.1.2 Legitimidade para recorrer
 - 4.1.2.1 Parte vencida.....
 - 4.1.2.2 Terceiro prejudicado.....
 - 4.1.2.3 Legitimados não expressamente previstos.....
 - 4.1.2.4 Ministério Público.....
 - 4.1.3 Interesse em recorrer
 - 4.1.3.1 Interesse recursal na cumulação de pedidos
 - 4.1.3.2 Casuísticas quanto ao interesse em recorrer
 - 4.1.4 Tempestividade
 - 4.1.4.1 Prazos especiais.....
 - 4.1.4.2 Meios peculiares de interposição de recurso e consequências para o prazo recursal
 - 4.1.4.3 A (in)tempestividade do “recurso prematuro”.....
 - 4.1.4.4 Ausência de publicação da decisão em nome do advogado indicado pela parte.....
 - 4.1.5 Preparo.....
 - 4.1.6 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....
 - 4.1.7 Regularidade formal
- 5. As consequências da ausência dos requisitos de admissibilidade diante do princípio insculpido no CPC/15 da “primazia do julgamento do mérito” – vícios sanáveis e vícios insanáveis
- 5.1 Vícios sanáveis.....
- 5.2 Vícios insanáveis.....
- 6. Juízo de mérito
- 6.1 Mérito da causa e mérito do recurso.....
- 6.2 Alegações de mérito – “error in procedendo” e “error in iudicando”

Capítulo IV. Efeitos dos Recursos	181
1. Introito	181
1.1 Efeito obstativo	181
1.2 Efeito devolutivo	181
1.2.1 Quanto à extensão	183
1.2.1.1 Extensão e matérias de ordem pública	185
1.2.2 Quanto à profundidade	189
1.3 Efeito suspensivo	194
1.3.1 Efeito ativo (contrassuspensivo ou suspensivo inverso), uma tutela provisória recursal	205
1.3.2 Efeito suspensivo X cumprimento provisório de sentença	207
1.4 De volta ao “efeito devolutivo – “subefeitos” do efeito devolutivo ou qualidades (ou caracteres) inerentes a algumas espécies recursais	211
1.4.1 Efeito ou caráter regressivo (ou de retratação)	211
1.4.2 Efeitos ou caracteres “condicionado” e “diferido”	213
1.4.3 Efeito ou caráter substitutivo	214
1.4.4 Efeito ou caráter expansivo	216
1.4.4.1 Efeito ou caráter expansivo objetivo (interno e externo)	217
1.4.4.2 Efeito ou caráter expansivo subjetivo (ou extensão subjetiva dos efeitos do julgamento – quanto às partes)	218
1.4.5 Efeito ou caráter translativo	219
1.4.6 Efeito ou caráter anulatório	222
1.4.7 Efeito ou caráter integrativo	222

Capítulo V. Do processamento e julgamento dos recursos nos tribunais

229

1. Do procedimento dos recursos nos tribunais	229
1.1 Do protocolo, registro e distribuição dos processos	229
1.2 Dos poderes e incumbências do relator	231
1.2.1 Da recorribilidade das decisões do Relator	262
1.3 Fato superveniente à decisão recorrida	263
1.4 Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta	265
1.5 Da sessão de julgamento – Sustentação oral	266
1.6 Questões preliminares e votação	267
1.7 Do pedido de vista	269
1.8 Ampliação do colegiado em caso de divergência (técnica de ampliação do colegiado)	271
1.9 Publicação do acórdão	282
1.10 Composição e ordem de julgamento da apelação e do agravo de instrumento	283

Parte II

Outros meios de impugnação de decisões judiciais – Sucedâneos Recursais e Ações Autônomas de Impugnação

Capítulo VI. Outros meios de impugnação de decisões judiciais – Sucedâneos Recursais e Ações Autônomas de Impugnação	291
1. Meios de Impugnação de decisões judiciais – generalidades	291
1.1 Sucedâneos Recursais	292
1.1.1 Espécies de Sucedâneos Recursais	293

1.1.1.1	Correição Parcial.....	293
1.1.1.2	Suspensão da Segurança	296
1.1.1.3	Pedido de Reconsideração	299
1.1.1.4	Remessa Necessária (Reexame necessário).....	301
1.1.1.5	Técnica de ampliação do órgão colegiado do novel art. 942 do CPC/15	307
1.2	Ações autônomas de impugnação	308
1.2.1	Das diversas espécies de ações autônomas de impugnação.....	309
1.2.1.1	Reclamação	309
1.2.1.1.1	Questões temporais e procedimentais.....	319
1.2.1.2	Ação Rescisória	326
1.2.1.2.1	Ação rescisória contra coisa julgada formal e contra decisão de inadmissão de recurso (§ 2º do art. 966 do CPC/15).....	332
1.2.1.2.2	Requisitos.....	333
1.2.1.2.2.1	Se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (inc. I)	353
1.2.1.2.2.2	For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (inc. II).....	355
1.2.1.2.2.3	Resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (Inc. III)	356
1.2.1.2.2.4	Ofender a coisa julgada (inc. IV).....	358
1.2.1.2.2.4.1	Concomitância de coisas julgadas.	360
1.2.1.2.2.5	Violação manifesta da norma jurídica (inc. V)	364
1.2.1.2.2.5.1	Contrariedade à norma jurídica e precedentes – cabimento da ação rescisória (ainda sobre o inciso V)....	367
1.2.1.2.2.5.2	Peculiaridades acerca do inciso V (§ 5º e §6º do art. 966).....	373
1.2.1.2.2.6	For fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (inc. VI).....	374
1.2.1.2.2.7	Obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável (inc. VII)..	375
1.2.1.2.2.7.1	Prova nova e exame de DNA.....	377
1.2.1.2.2.8	For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos (inc. VIII).....	380
1.2.1.2.2.9	Fundamento para invalidar confissão, desistência e transação (retirado do CPC/15)	381
1.2.1.2.3	Legitimidade.....	382
1.2.1.2.4	Procedimento.....	388
1.2.1.2.5	Disposições Finais.....	397
1.2.1.3	Ação anulatória prevista no art. § 4º do art. 966	400
1.2.1.3.1	Ação anulatória em relação a atos processuais.....	402

1.2.1.3.2	A questão da ação anulatória e os atos processuais que não exigem homologação	404
1.2.1.3.3	Polêmicas acerca do cabimento da ação anulatória	408
1.2.1.3.4	Ação anulatória e conteúdo da decisão homologatória – trânsito em julgado	408
1.2.1.3.5	informações gerais envolvendo a ação anulatória	415
1.2.1.3.6	Situação excepcional do art. 658 do CPC	416
1.2.1.4	Querela <i>nullitatis insanabilis</i> – transrescisória	417
1.2.1.5	Mandado de Segurança contra ato judicial	425
1.2.1.5.1	Decisões interlocutórias no CPC/15 e Mandado de segurança	431
1.2.1.5.2	Prazo para o Mandado de segurança e trânsito em julgado da decisão	434
1.2.1.5.3	Utilização do Mandado de segurança contra decisões proferidas nos Juizados Especiais Cíveis	435

Parte III

Recursos em Espécie

Capítulo VII. Apelação	457
1. A evolução do conceito legal de sentença e o CPC/15	457
2. Cabimento	462
2.1 Causas internacionais (art. 1.027, II, “b”/CPC c/c arts. 36 e 37 da Lei 8038-90)	469
2.2 Recurso inominado contra sentença nos Juizados Especiais (Lei 9.099/95, 10.259/01 e 12.153/09)	469
2.3 Embargos infringentes de alçada contra sentenças proferidas em execução fiscal de até 50 ORTN (Lei 6.830/80)	471
2.4 Sentença decretatória de falência (Lei 11.101/05)	472
2.5 “Sentença” parcial de mérito também se constitui num exemplo excepcional de sentença não passível de apelação?	473
3. Legitimidade para apelar	475
4. Fundamentos que podem ser alegados	476
5. Requisitos da petição de apelação (art. 1.010/CPC)	478
6. Preparo	483
7. Procedimento no juízo <i>a quo</i>	484
8. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	488
9. Efeitos	494
9.1 Efeito suspensivo	495
9.1.1 Efeito ativo (contrassuspensivo ou suspensivo inverso), uma “tutela provisória no âmbito recursal”	507
9.1.2 Procedimento do requerimento do efeito suspensivo ou ativo	509
9.1.3 Efeito suspensivo quanto a capítulos da sentença e ações conexas	510
9.1.4 Efeito suspensivo e as tutelas provisórias deferidas no processo	512
9.2 Efeito devolutivo	513
9.2.1 Teoria da “causa madura” e análise dos incisos do § 3º	516
9.2.2 Art. 1.013, §§ 3º e 4º vs. duplo grau de jurisdição	524
9.2.3 Art. 1.013, § 3º – <i>ex officio</i> ou a requerimento da parte?	525

9.2.4	O art. 1.013, § 3º, como hipótese excepcional de <i>reformatio in pejus</i>	527
9.2.5	O art. 1.013, §§ 3º e 4º, e matérias de ordem pública	527
10.	Alegação de novos fatos (art. 1.014)	531
11.	Hipóteses excepcionais do juízo de retratação de sentença (efeito ou caráter regressivo)	534
12.	Apelação na pendência de julgamento de embargos de declaração	540
CAPÍTULO VIII.	Agravo de Instrumento	549
1.	Conceito e cabimento	550
2.	Modalidades de agravo	552
2.1	A extinção da modalidade de agravo na forma retida e sua substituição pelo formato previsto no § 1º do art. 1.009 do CPC/15, que trata das decisões interlocutórias impugnáveis pela via da apelação.....	553
2.2	Agravo de Instrumento – hipóteses de cabimento.....	556
2.2.1	Tutelas provisórias.....	557
2.2.2	Mérito do processo	566
2.2.3	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	574
2.2.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	576
2.2.5	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	581
2.2.6	Exibição ou posse de documento ou coisa	583
2.2.7	Exclusão de litisconsorte	586
2.2.8	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	587
2.2.9	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	590
2.2.10	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	599
2.2.11	Redistribuição no ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	606
2.2.12	Outros casos expressamente referidos em lei	608
2.2.13	Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	611
3.	Quanto às decisões interlocutórias capazes de causar prejuízo à parte (<i>periculum in mora</i>), mas não passíveis de agravo de instrumento (não listadas no rol do art. 1.015 do CPC/15) – Rol taxativo?	616
3.1	Possibilidade de flexibilização ou ampliação das hipóteses agraváveis.....	619
3.2	A visão do STJ sobre o tema. Julgamento de Recursos Especiais representativos da controvérsia (repetitivos) – REsp 1.696.396/MT e 1.704.520/MT (ambos com acórdãos publicados no DJe de 19/12/2018)	629
3.3	Possibilidade do uso do mandado de segurança contra ato judicial	636
4.	Decisões que podem suscitar dúvidas quanto ao recurso cabível (art. 548, III – na ação de consignação em pagamento; e, art. 550, § 5º – na ação de exigir contas, ambos do CPC/15) – aplicação do princípio da fungibilidade recursal?	644
5.	Procedimento do agravo de instrumento	648
5.1	Prazo, competência, requisitos, interposição e preparo	648
5.2	A formação do “instrumento”	651

5.2.1	Peças “obrigatórias”	652
5.2.2	Peças “facultativas” e peças “essenciais”	658
5.3	Comunicação ao juízo <i>a quo</i>	659
5.4	Poderes (incumbências) do relator (art. 1.019/CPC)	664
5.4.1	Aplicação do inciso V do art. 932 no agravo de instrumento	669
5.5	Da recorribilidade das decisões do relator	677
6.	Superveniência de sentença enquanto pendente agravo de instrumento	678
7.	Agravo de instrumento no microsistema dos Juizados Especiais	685
8.	Considerações finais sobre a alteração legislativa do CPC/15 ao regime do agravo de instrumento	692

Capítulo IX. Agravo Interno **703**

1.	Agravo interno	703
1.1	Procedimento do agravo interno	707
1.1.1	Prazo, endereçamento, resposta e retratação	707
1.1.2	Exigência legal da impugnação específica e do novo julgamento com fundamentação específica	708
1.1.3	Julgamento	711
1.1.4	Improcedência ou inadmissão por votação unânime e constitucionalidade da multa	712
1.1.5	Sustentação oral – impossibilidade	715
1.1.6	Efeitos	715
1.1.7	Fungibilidade recursal	716

Capítulo X. Embargos de Declaração **721**

1.	Conceito e cabimento	721
1.1	Art. 1.022 – inciso I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição	725
1.2	Art. 1.022 – inciso II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento	726
1.3	Art. 1.022 – inciso III – corrigir erro material	741
2.	Natureza Jurídica dos embargos de declaração	742
3.	Efeitos infringentes ou modificativos	744
4.	Procedimento	748
4.1	Fungibilidade entre embargos de declaração e agravo interno	748
4.2	Processamento	749
4.3	Efeitos	756
5.	Embargos manifestamente protelatórios	767
6.	Embargos de declaração prequestionadores	772

Capítulo XI. Recurso ordinário **789**

1.	Conceito	789
2.	Cabimento	791
3.	Procedimento	799
3.1	Prazo, endereçamento, requisitos de admissibilidade	799
3.2	Recurso ordinário na forma adesiva	805

3.3	Fungibilidade.....	806
3.4	Efeitos.....	809
3.4.1	Efeito suspensivo.....	809
3.4.2	Efeito ativo.....	812
3.5	Processamento do recurso no órgão <i>ad quem</i>	813
Capítulo XII. Recurso Extraordinário e Recurso Especial		821
1.	Considerações iniciais	821
2.	Recurso extraordinário	824
2.1	Previsão legal.....	825
2.2	Requisitos de admissibilidade.....	842
2.2.1	Prévio exaurimento da via ordinária – “causa decidida em única ou última instância” (art. 102 – III, <i>caput</i> da CF/88).....	843
2.2.2	Discussão sobre matéria de direito (notadamente direito constitucional) e não sobre matéria fática.....	847
2.2.3	Prequestionamento “causa decidida” (art. 102 – III, <i>caput</i> da CF/88).....	852
2.2.4	Existência de Repercussão geral.....	873
3.	Recurso especial	890
3.1	Previsão legal.....	892
3.2	Requisitos de admissibilidade.....	907
3.2.1	Prévio exaurimento da via ordinária – decisão emitida por tribunal.....	908
3.2.2	Discussão sobre matéria de direito (notadamente direito infraconstitucional) e não sobre matéria fática.....	909
3.2.3	Prequestionamento – “causa decidida” (art. 105 – III, <i>caput</i> da CF/88).....	912
4.	Procedimento dos Recursos Especial e Extraordinário	913
4.1	No juízo <i>a quo</i>	913
4.2	Efeitos dos recursos extraordinário e especial.....	922
4.3	Admissibilidade dos recursos especial e extraordinário no tribunal de origem (primeira análise da admissibilidade).....	926
5.	Processamento e julgamento dos recursos especial e extraordinário nos tribunais superiores: (nova análise dos requisitos de admissibilidade e regras de sanabilidade).....	932
5.1	Artigos 1.032 e 1.033 – Conversão de recurso especial em extraordinário e vice-versa..	937
5.2	Do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	941
5.2.1	Questão da devolutividade e profundidade do exame dos recursos excepcionais pelo STJ ou STF (plano vertical).....	944
6.	Agravo de admissão em recurso especial e em recurso extraordinário – art. 1.042 do CPC/15.....	952
6.1	Agravo de admissão X agravo interno x embargos de declaração.....	952
6.2	Especificamente sobre o agravo de admissão do art. 1.042.....	958
7.	Concomitância de interposição dos dois recursos excepcionais.....	966
8.	Recurso extraordinário contra decisão do STJ que julgou o Recurso Especial.....	971
9.	Julgamento por amostragem de recursos especiais ou extraordinários repetitivos (art. 1.036).....	973
9.1	Procedimento dos repetitivos nos órgãos superiores (arts. 1.037/1.041).....	980
9.1.1	Outros poderes-incumbências do relator no processamento dos repetitivos nos órgãos superiores (art. 1.038).....	986
9.1.2	Reflexos do julgamento dos recursos repetitivos (art. 1.039/1.041 CPC/15).....	988

Capítulo XIII. Embargos de Divergência.....	1005
1. Conceito.....	1005
2. Hipóteses de cabimento.....	1006
3. Procedimento.....	1013
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1025